

FMI estimou em 3,5% o crescimento do Brasil este ano

EDGARDO COSTA REIS
Correspondente

WASHINGTON — O Fundo Monetário Internacional, em projeções baseadas “na pronta adoção de um programa de ajustamento” de 18 meses, pelo Brasil, estimou um crescimento limitado a 3,5 por cento, em 1985, que descenderia para 2,5 por cento em 1986, “em virtude da adoção de políticas inflacionárias”.

A economia brasileira, porém, deverá expandir-se mais, chegando a quatro por cento em 1987 e a cinco por cento no ano seguinte, para manter nos três anos seguintes uma taxa média de crescimento de seis por cento. Para atingir essas taxas, a formação de capital fixo bruto necessitaria aumentar de 16 por cento do PNB em 1984, para 24 por cento em 1989-91, voltando às taxas da década de 1970. A taxa de poupança doméstica bruta aumentaria de 22 por cento do PNB, em 1984, para 28 por cento no final da década.

O FMI reconhece que o Brasil fez “progressos extraordinários” no exterior durante os últimos dois anos, mas exorta as autoridades brasileiras a “não afrouxar o esforço”, pois os avanços na área fiscal foram “insuficientes” para sustentar políticas antiinflacionárias.

“Políticas restritivas de demanda são necessárias para romper o ímpeto inflacionário e estabelecer as bases para um processo de desindexação. A seguir, alerta que o declínio na taxa de investimento “poderia ameaçar o que foi alcançado externamente e as perspectivas de crescimento do País”.

Todas essas observações fazem parte da avaliação da economia brasileira que o staff do FMI faz anualmente e consta de documento que circula em caráter confidencial entre diretores-executivos da instituição. Uma cópia desse staff report foi obtida em Seul — onde, amanhã, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial abrem sua assembleia anual conjunta — e enviada a Washington.

Ainda que possa surpreender muitos críticos, o FMI instituição está muito preocupada com o impacto negativo a longo prazo que as atuais políticas econômicas possam ter na sustentação do crescimento econô-

mico do Brasil. Mas as projeções do Fundo, com base nas medidas que considerar necessárias para não prejudicar os esforços feitos, estão longe dos seis por cento anuais de crescimento de que o Presidente José Sarney diz não abrir mão.

O documento acentua que, “ainda que esse esforço maior de investimento (do Brasil), junto com a necessidade de financiar os pagamentos externos, no equivalente a cerca de cinco por cento do PNB, deve causar uma queda no consumo em relação ao PNB — de 78 por cento, no período 1979-86 a 72 por cento no final da década de 1980 — o consumo per capita poderia ainda ser sete por cento mais alto, em 1991, do que em 1984.”

Na avaliação da economia brasileira, o staff do FMI não economiza elogios ao desempenho na área externa, “um êxito extraordinário”. Acentua que o esforço, em meados de 1984, superou “as metas do programa na área externa para todo o período de 1983-85”, com formação de reservas superiores às recomendadas (líquida de US\$ 7 bilhões em 1984) e equilibrando a conta corrente, com ligeiro superávit, quando se esperava déficit.

Mas é no que se refere à área interna que o Fundo Monetário Internacional e o Brasil aparentemente se chocam, apesar de ficar claro que as autoridades brasileiras mostraram-se sensíveis às críticas.

“Os progressos feitos na área externa não foram, entretanto, iguais na frente doméstica, apesar de um grande ajustamento em preços relativos e significativa melhoria no balanço fiscal operacional. As políticas gerais de demanda não foram suficientemente restritivas para alcançar uma desaceleração da inflação, que permaneceu em nível muito alto. O elevado grau de indexação da economia brasileira somou-se às dificuldades de enfrentar a alta de preços” — acentua o Fundo.

A análise assinala que a persistência das altas taxas de inflação “inevitavelmente introduzem um grau de incerteza sobre a permanência dos consideráveis progressos do Brasil em outras áreas do programa”. A inflação e a indexação, da qual a política cambial é parte, protegeram a receita dos principais se-

AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Fundo teme por investimento e preços



INVESTIMENTO — O FMI está muito preocupado com o impacto negativo a longo prazo que a política econômica possa ter na sustentação do crescimento econômico do Brasil.



AREA EXTERNA — Não poupa elogios à atuação brasileira: em meados de 1984, “superou as metas do programa para todo o período de 1983-85”, formando reservas superiores às recomendadas.



INFLAÇÃO — Apesar de melhoria no balanço fiscal, a atuação interna não teve uma política restritiva suficiente para provocar uma desaceleração na inflação, conforme o FMI pretende.



PREÇOS — O Fundo considera que houve um afrouxamento da política de preços e exige um rigoroso programa para o ano que vem, sob sua orientação fundamental.



EQUILÍBRIO — A redução do equilíbrio fiscal é “condição essencial para enfrentar o problema da inflação e garantir um crescimento sustentado da economia”, segundo o FMI.

tores da economia e preservaram a eficiência da política de juros, evitando efeitos adversos na poupança doméstica.

“Entretanto, em adição à vulnerabilidade de uma nova aceleração da inflação que o presente sistema de indexação implica, não impediu a emergência de problemas a longo prazo. Deve-se notar que houve um declínio na taxa de investimentos, que poderia ameaçar os progressos externos e as perspectivas de crescimento do País. Nessas circunstâncias, o afrouxamento do ajuste, que se tornou aparente em meados de 1984 e continuou em 1985, é uma questão de grande preocupação — observou o staff no relatório, debatido e aprovado pela junta de diretores do Banco, em agosto.

As referências às reações das autoridades brasileiras dizem respeito, entretanto, à equipe econômica chefiada pelo então Ministro da Fazenda Francisco Dornelles, certamente muito mais inclinado às orientações do Fundo do que a atual: “As autoridades (brasileiras) ma-

nifestaram a intenção de retomar o esforço de ajustamento e o staff exorta para que não se afrouxe nessa tarefa, já que o progresso feito para melhorar a situação externa seria colocado em risco”.

Como não se espera um novo acordo com o FMI que cubra o que resta deste ano, a conclusão é a de que seria ainda mais rigoroso o programa de ajustamento para o ano que vem, de maneira a corrigir o que o Fundo considerou um afrouxamento de políticas. Apesar dos sinais de que a estratégia para enfrentar o problema da dívida possa ser alterada, o enfoque geral parece inalterado, com a instituição continuando no papel fundamental de orientar as políticas de ajustamento.

A preocupação do FMI com a inflação é tão grande quanto a manifestada pelo Governo brasileiro. As diferenças estão em como combatê-la e manter determinadas taxas de crescimento econômico. O FMI discorda do ajuste de preços com base na média da inflação dos três meses anteriores.

“O ajuste formal ou informal da maioria dos preços pela inflação passada e a indexação do grosso dos passivos e ativos financeiros, inclusive a dívida do setor público, retardam a velocidade em que a inflação pode ser reduzida. Políticas restritivas de demandas são necessárias para romper o ímpeto da inflação” — assinala o documento, acrescentando que a equipe de Dornelles havia concordado e manifestado a intenção de seguir tais políticas.

Quanto à política monetária, o FMI se refere às “significantes imperfeições” na sua execução, em 1984, mas reconhece a “magnitude fora do comum” do impacto do setor externo, “destacando o fato de que a ação fiscal como planejada originalmente mostrou ser insuficiente para dar o grau de assistência requerida pela política monetária”.

“O recurso intensificado de operações no mercado aberto (open market) drenou a capacidade do sistema financeiro de absorver os títulos do Governo. Está claro, portanto, que a implementação da planejada mudança em direção à contenção monetária necessitará de ser baseada na geração de um volume adequado de poupança do setor público” — acentua o FMI.

Por esse motivo, acredita a instituição que a redução do desequilíbrio fiscal se torna “condição necessária para enfrentar o problema da inflação e garantir o crescimento sustentado da economia”. Em virtude da natureza inflexível dos gastos com correção monetária, “é preciso gerar superávits operacionais para aliviar o peso que a dívida pública impõe sobre as finanças públicas”.

O FMI acha que haviam sido tomadas medidas fiscais que estavam na direção certa, mas que ainda deixavam um grande peso na política monetária e envolviam os riscos inerentes de um rápido crescimento da dívida pública. É essencial que o programa fiscal para 1986 seja desenvolvido ao longo de linhas que permitam uma redução progressiva da inflação e o fortalecimento da poupança interna, de maneira a gerar a formação de capital e o crescimento econômico.

O Fundo é contrário ao controle de preços já, pois, embora possa dar tempo para a adoção de políticas antiinflacionárias e reduzir expectativas, “não produzirá uma redução duradoura na inflação, se não se combater as causas dos desequilíbrios. E mais: a manutenção de controles por período longo criará distorções de alocações prejudiciais à eficiência da economia”.

Esse era outro ponto com que a anterior equipe econômica concordava, mas o FMI achava que as medidas adotadas não eram suficientes.

“Um ajuste de preços mais rápido para as empresas estatais contribuiria para a melhoria requerida da performance fiscal. A esse respeito, o staff considera que os preços dos produtos de petróleo devem refletir seu custo e contribuir para o fortalecimento da poupança no setor público”.

O relatório do FMI registra a preocupação das autoridades brasileiras com o impacto da aceleração da alta dos preços nas pressões dos trabalhadores em favor dos reajustes trimestrais, em vez de semestrais:

“As autoridades reconhecem que foram incapazes de resistir às reivindicações em favor de se compensar pela inflação passada, mas permanecem determinadas a não ceder às tentativas de conceder aumentos salariais além da alta dos preços e, em particular, opõem-se aos movimentos para encurtar o período de reajustamento salarial”.

Resumindo sua análise, o staff do FMI volta a realçar os progressos brasileiros na área externa (as projeções ficam na dependência de o Brasil fechar ou não o acordo plurianual com os bancos comerciais), mas lamenta que esses avanços tenham sido nublados pela persistência da alta inflação e que os esforços fiscais tenham sido “insuficientes”.

O afrouxamento na política fiscal, insiste o FMI, tem de ser revisto “sem demora”.

“A tarefa será garantir que as medidas deem apoio adequado ao esforço de reduzir a inflação e criar as condições de crescimento”, um objetivo que muitos críticos do FMI insistem em dizer que não existe.